MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

REFLEXÕES SOBRE A DISPUTA POR HEGEMONIA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA NA PERSPECTIVA DO CAPITALISMO HISTÓRICO.

MARCOS CORDEIRO PIRES
Livre Docente. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp – Campus de Marília.
mcp@marilia.unesp.br

THAIS CAROLINE LACERDA MATTOS
Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp – Campus de Marília.
Bolsista FAPESP
lacerdatc@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo refletir uma possível disputa hegemônica entre Estados Unidos e China. Tendo por base os aportes da corrente do "capitalismo histórico", parte-se do pressuposto de que a ascensão material da China pode colocar em xeque a atual hegemonia dos Estados Unidos, cuja economia entrou numa fase de financeirização. Tal categorização se baseia numa perspectiva de longa duração, em que são importantes as contribuições de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Nesse sentido, podemos encontrar evidências de uma potencial transferência do Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA) baseado nos Estados Unidos para o Leste da Ásia, região em que a China busca projetar seu poder econômico, político e militar visando contrabalançar o intento norte-americano de manter seu *status quo* na região da Ásia Pacífico.

PALAVRAS-CHAVE: China. Estados Unidos. Ciclo Sistêmico de Acumulação. Disputas Hegemônicas.

REFLECTIONS ON THE CONTEST FOR HEGEMONY BETWEEN UNITED STATES AND CHINA FROM THE PERSPECTIVE OF HISTORICAL CAPITALISM.

ABSTRACT: On this article we aim to reflect on a possible hegemonic contest between the United States and China. Based on the framework of thought from the "historical capitalism", we are starting from the assumption that China's rise can put in suspicion the current hegemony of the United States whose economy has entered in a phase of the financialization.

Such categorization is based on a long-term perspective in which significants contributions come from Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein and Giovanni Arrighi. In this sense, we can find evidences of a potential transfer of Systemic Cycles of Accumulation (SCA) centered on the United States to the East Asia, region in which China seeks to project its economic, political and military order to counterbalance the US in attempting to maintain its status quo in the Asia Pacific region.

KEYWORDS: China. United States. Systemic Cycles of Accumulation. Hegemonic Contest.

INTRODUÇÃO

O objetivo de nossa reflexão é o de analisar a possibilidade de uma potencial disputa hegemônica entre Estados Unidos e China. Nesse sentido, torna-se fundamental utilizar um referencial teórico que possa dar conta desse fenômeno, não apenas do ponto de vista de uma disputa por hegemonia, mas também para compreender o "sentido" da expansão da economia capitalista em termos mundiais por meio de conceitos que indiquem a ocorrência de mudanças estruturais em termos de poder e economia. Para tanto, dividimos nosso trabalho em duas partes, uma teórica e outra que trata de reunir elementos sobre a disputa em tela.

Nesse sentido, na primeira parte, discutiremos três contribuições teóricas que serão úteis para atingir a esse objetivo. Em primeiro lugar destaca-se Fernand Braudel, historiador francês que introduziu a perspectiva da *longue durée* (longa duração) e de suas permanências na análise histórica, de forma a pensar os fenômenos sociais em suas múltiplas temporalidades, ou seja, aqueles relacionados às mudanças de curta e média duração (factuais e conjunturais) e suas permanências (estruturais). Nessa perspectiva, busca-se compreender a força centrípeta que ainda exerce os Estados Unidos sobe o sistema internacional e também os aspectos conjunturais que estão construindo a ascensão econômica da China em escala mundial. Numa outra perspectiva, a contribuição de Braudel também é útil para se pensar nas forças de longa duração relacionadas à sua ascensão, visto que até a I Guerra do Ópio (1839-1842) a China era a principal economia do mundo, representando aproximadamente 30% da produção mundial (MADDISON, 2007), e seu peso foi reduzido a menos de 5% no período conhecido como a "Grande Humilhação", entre 1842 a 1949. Ademais, a abordagem da longa duração contribui para compreender muitos dos elementos históricos estruturais identificados hodiernamente, como o confucionismo, a tradição artesanal que rapidamente se converte em habilidade industrial e os traços centrais de seu sistema de poder que desde o Império combina elementos de centralização e descentralização.

Em segundo lugar, complementando nosso esforço teórico, merece reflexão o conceito de "Sistema Mundo", de Immanuel Wallerstein, com o intuito de pensarmos as disputas hegemônicas dentro de uma perspectiva sistêmica, em que a economia capitalista evolui a partir de relações hierárquicas entre centro, periferia e semiperiferia. Nesse sentindo, é

importante compreender uma mudança na relação hierárquica entre Estados Unidos e China, uma vez que a criação de uma nova dinâmica capitalista na China tende a romper a relação centro-periferia que até o começo da década de 2000 caracterizava a relação bilateral.

Por fim, torna-se útil o conceito de "Ciclo Sistêmico de Acumulação" (CSA), de Giovanni Arrighi, na perspectiva de fornecer um marco teórico sobre o processo de evolução do capitalismo, por meio de ciclos, indicando evidências de caráter político e econômico que caracterizam tanto uma nação hegemônica em declínio, como também uma nação ascendente. Nessa perspectiva, já em 1994, quando ainda não se cogitava a China como potência em ascensão na economia mundial, Arrighi oferecia elementos para indicar uma tendência secular de substituição do centro hegemônico de acumulação representado pelos Estados Unidos pela economia asiática, então um novo espaço de acumulação de capital e do desenvolvimento de um novo ciclo sistêmico.

Na segunda parte deste trabalho nos dedicaremos a levantar informações sobre como se processam as disputas entre a nação hegemônica e a nação ascendente/desafiante. É importante ressaltar que não se trata de uma disputa em "campo aberto", pois a relação sino-americana é dialética – apresentando tanto momentos de forte cooperação, basicamente na esfera econômico-financeira, como também de forte concorrência – em que os Estados Unidos buscam manter o *status quo* na região da Ásia-Pacífico, e a China busca resguardar seus interesses na condição de uma potência emergente, projetando seu poder econômico, político e militar naquela região do globo.

É importante advertir que este trabalho não tem por objetivo "resolver" o problema e indicar o desdobramento futuro dessa intrincada relação, mas sim de levantar elementos que estimulem o debate acadêmico sobre um fenômeno que irá definir as características do sistema internacional no século XXI.

REFLEXÕES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

O tema das disputas hegemônicas[1] é bastante analisado no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais. Isso decorre do fato de que dentro do processo econômico e político, as nações se encontram em um processo de competição por poder e supremacia. Podemos remontar à Antiguidade Clássica, no momento onde as cidades-estados de Atenas e Esparta disputavam a hegemonia no mundo grego, tal como relatou o historiador Tucídides[2].

Por ser uma questão com grande recorrência histórica, este fenômeno não pode ser analisado por instrumentais teóricos que privilegiam apenas o evento em questão e que o tratam apenas como algo singular do qual não se pode teorizar. A ascensão ou a decadência de uma grande potência é um fenômeno de longa duração, pois necessitam de elementos materiais que se acumulam e amadurecem e/ou perecem ao longo do tempo.

Nesse sentido, antes de nos debruçarmos sobre as questões pertinentes à disputa hegemônica, faz-se necessário incorporar referenciais teóricos que permitam analisar este fenômeno em suas amplas manifestações. Por isso, não se pode pensar um relacionamento tão complexo quanto aquele verificado entre Estados Unidos e China sem antes situar tal relação dentro de um escopo maior, qual seja, o da própria evolução da economia mundial e as suas repercussões na distribuição de poder. Tradicionalmente, muitos dos conflitos ocorridos entre uma potência estabelecida e uma potência emergente decorrem do reequilíbrio de capacidade econômica, capacidade militar e ainda de capacidade de influência sobre outras nações.

Assim, para a análise de nosso objeto de estudo, partimos do pressuposto de que as contribuições de Fernand Braudel são norteadoras para a reflexão de uma disputa hegemônica que se dá no processo da longa duração dos fenômenos históricos que, em última instância, é

[1] No presente estudo, a palavra "hegemonia" será utilizada sob a abordagem gramsciana do conceito. Logo, esse conceito, tal qual entendemos, nos permite analisar que o papel hegemônico de uma potência mundial não se restringe à supremacia em termos militares, econômicos, financeiros e políticos, mas também se expressa na sua capacidade de exercer influência por meio de suas ideias e de sua cultura (GRAMSCI, 2000).

[2] Vale destacar que o historiador grego dá nome ao conceito chamado de "Armadilha de Tucídides", trabalhado por Grahan Allison, que procura analisar a inevitabilidade de conflitos militares decorrentes do choque entre a potência estabelecida e a potência emergente. Ver: Allison, G. The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War? The Atlantic. 24/set/2015. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>. Acesso em: 20 fev. 2016.

o cenário onde se desenvolve tal disputa. Deriva dessa contribuição a necessidade de se limitar o espaço onde ela é travada, mesmo porque não se trata de uma relação apenas bilateral, mas que envolve o próprio desenvolvimento da economia e da sociedade mundiais em um nível sistêmico, no caso o sistema-mundo, tal como este conceito é trabalhado por Immanuel Wallerstein. O "sistema mundo" é uma estrutura que se movimenta. Daí faz-se necessário compreender quais as características desse movimento e, nesse sentido, o conceito de "ciclo sistêmico de acumulação", formulado por Giovanni Arrighi, é bastante útil para a compreensão do comportamento dos agentes, em nível econômico e político, que se reflete na sucessão de hegemonias verificadas historicamente desde as origens do modo de produção capitalista até a contemporaneidade.

Por conta disso, julgamos importante iniciar esta discussão trazendo à baila as contribuições de autores que oferecem elementos para pensar este fenômeno numa perspectiva sistêmica, abrangendo não apenas o tempo, mas o espaço e o seu contexto, justificando-se, assim, a reflexão sobre as ideias de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

FERNAND BRAUDEL E A ANÁLISE ESTRUTURAL SOB A PERSPECTIVA DA LONGA DURAÇÃO

A metodologia braudeliana, inserida num contexto mais abrangente da historiografia francesa da Escola dos Annales[3], se mostrou inovadora em relação aos métodos até então vigentes de compreensão e construção da História, pois esses eram considerados "engessados" pelo modelo positivista de se fazer ciência. Por conta disso, Braudel exerceu grande influência no debate historiográfico ao situar o fato histórico dentro de um contexto mais abrangente, que superava a visão predominante sobre o papel dos indivíduos e dos agentes estatais, buscando chamar atenção para a "totalidade" do fato histórico e dos aspectos que delimitavam o campo de ação humana, muitas vezes independentemente de sua própria "vontade".

[3] A Escola dos Annales se constituiu em 1929 em torno da Revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que apresentava uma proposta historiográfica nova, incorporando a crítica ao método positivista e que busca uma análise interdisciplinar.

Desde então, mesmo os eventos de menor repercussão podem ser compreendidos dentro de um esquema teórico que valoriza simultaneamente a conjuntura e a estrutura (ou as permanências), dentro do movimento de longa duração na História. Sua contribuição ultrapassou o limite da historiografia e foi incorporada em outros campos das Ciências Sociais, como a sociologia e a economia, pois como ele justamente afirmou em sua obra "Escritos sobre a História":

> Se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a todos os movimentos em que ela pode decompor-se, a **longa duração** nos parece, nesse leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. (Braudel, 1969, p. 75, grifo nosso).

Quando pensamos numa disputa entre Estados Unidos e China, países que sintetizam as características culturais do Ocidente e do Oriente, é importante assinalar que Fernand Braudel já havia feito a crítica ao modelo eurocêntrico de medir e padronizar o tempo, e observou que os fenômenos históricos estão constituídos de diferentes temporalidades, devido às várias criações humanas de quantificação do tempo, sob as mais variadas perspectivas existentes em sociedades distintas. Isto é bem distinto daquilo que se pôde verificar na China até o fim do período Imperial: a sociedade chinesa se via perfeita e acabada, sendo o Imperador e o seu "Mandato Celeste" a incorporação de princípios e valores elevados que deveriam nortear toda a humanidade civilizada, logo, esta ordem deveria ser mantida e perpetuada, não concebendo o conceito de progresso, algo tão enraizado na cultural ocidental.

A partir da proposta formulada pelos historiadores da Escola dos Annales, o que inclui Braudel, partimos da premissa de que, quando falamos da duração dos fenômenos históricos, aqueles de curta duração dizem respeito aos "fatos"; os de média duração (equivalente à quantificação do tempo em décadas) seriam denominados de "conjunturais"; e longa duração (secular) são nomeados de fenômenos "estruturais". Portanto, resumidamente, apreendemos a essência que carrega a compreensão dos processos históricos em seus múltiplos tempos:

> Há as temporalidades de longa e muito longa duração, as conjunturas lentas e menos lentas, os desvios rápidos, alguns instantâneos, sendo os mais curtos muitas vezes os mais fáceis de detectar. [...] E podemos distinguir um tempo vivido nas dimensões do mundo, o *tempo do mundo*, que, no entanto, não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse

> tempo excepcional rege, conforme os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas outras realidades, outros espaços lhe escapam e lhe são estranhos (BRAUDEL, 1996, p. 8).

Sob essa perspectiva de Tempo e da História (que converge e dialoga com outras disciplinas), Braudel destaca o papel da Economia, que "não somente dá o ritmo do tempo material do mundo: [pois] todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no seu funcionamento" (BRAUDEL, 1996, p. 12). É importante ressaltar que a História mundial, desde o século XV, é uma construção marcada essencialmente pela expansão da economia capitalista sobre o planeta. Como veremos mais adiante, a sucessão de hegemonias verificadas desde então se dá pela construção de capacidades materiais e militares, que são vinculadas à estrutura econômica de cada nação, com vista a conquistar o mercado mundial.

Neste sentido, se torna importante refletir sobre a construção da economia mundial, de forma mais abrangente, e da construção da economia-mundo capitalista, centralizada nos países capitalistas ocidentais. Vejamos:

> [...] Devemos esclarecer as duas expressões que se prestam a confusão: *economia mundial* e *economia mundo.* A economia mundial entende-se à terra inteira: representa, como dizia Sismondi, 'o mercado de todo o universo', 'o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado'. A economia-mundo [...], envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica (BRAUDEL, 1996, p. 12)

Em relação ao conceito de economia-mundo, Braudel explica que há regras tendenciais pertinentes à comparação entre uma economia-mundo com outras já existentes. Logo, evidencia-se que "a zona que ela engloba apresenta-se como condição primeira de sua existência" (BRAUDEL, 1996, p. 16) e, por isso, há três realidades importantes que dizem respeito ao seu espaço geográfico: (1) Este é limitado e passível às rupturas dentro de um espaço longo de tempo (evidenciado pelo método comparativo de Braudel); (2) há uma centralidade econômica que se torna um polo facilitador de acumulação de capital em grande escala e que é representado por uma capital econômica (não necessariamente a capital de um país tido como o principal polo acumulador); e (3) a repartição dessa economia-mundo é feita

em “zonas sucessivas” e hierárquicas, ou seja:

> [...] o núcleo e a região que se estende em torno do centro [e] as zonas intermediárias, em torno desse núcleo central. [...] Finalmente, muito amplas, as margens que, na divisão do trabalho caracteriza a economia-mundo, são mais subordinadas e dependentes do que participantes, [...] e a razão suficiente disso, é realmente, a sua situação geográfica. (BRAUDEL, 1987, p. 25).

É importante que observemos que Braudel pressupõe, em suas análises, três níveis intrínsecos à economia moderna. A primeira seria a *civilização material*, ou daquela economia de subsistência; a *economia de mercado*, que se difere do outro nível; e o *capitalismo*, caracterizado em atividades econômicas cujas taxas de lucro são contingenciais. O capitalismo inicia-se com a acumulação em larga escala, produzido exatamente a “hierarquização do sistema” de que Braudel fala, devido ao seu caráter desigual e exploratório na busca por novos territórios (recursos energéticos, matérias-primas, alimentos e força de trabalho) para a expansão contínua do capital. Esta última diferenciação é importante pelo fato de demonstrar que o processo endógeno de acumulação de capital necessita do papel do Estado na formação da economia nacional e que se torna extremamente relevante ao processo de expansão do sistema mundial já no início do século XVI. A relativa força de um Estado nacional frente aos demais Estados do globo é possível pela simbiose do capital e poder, permitindo a constituição de um sistema mundial hegemônico cujas problemáticas são a base do presente estudo.

Um dado importante a ser considerado diz respeito à própria diferenciação entre uma economia de mercado e uma economia capitalista. O poder político da burguesia é um caráter distintivo do capitalismo, como ressalta Braudel:

> Privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade. É forçosamente uma realidade da ordem social, até mesmo uma realidade da ordem política; uma realidade da civilização. Pois é necessário que, de uma certa maneira, a sociedade inteira aceite mais ou menos conscientemente os valores daquele. [...] Toda a sociedade densa se decompõe em vários ‘conjuntos’: o econômico, o político, o cultural, o social hierárquico. [...] Assim, o Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado. (BRAUDEL, 1987, p. 13).

Refletindo sobre as postulações de Braudel com relação à conformação do sistema mundial, caberia pensar sobre o caráter da ascensão da China, já que este país se define como uma economia de mercado socialista. Na China, a burguesia do país não fez a sua revolução burguesa e o aparato burocrático do Partido Comunista possui o controle das principais variáveis econômicas e políticas. Mesmo em empresas sobre controle privado, os quadros do Partido procuram implementar as linhas políticas definidas pelo Comitê Central. Numa sociedade capitalista, o controle sobre o dinheiro e sobre os meios de produção são os pressupostos para a garantia do poder político. Na China, o Partido Comunista exerce o poder político e comanda os rumos da sociedade. Vale lembrar que o Partido Comunista Chinês possui aproximadamente 80 milhões de membros.

Por outro lado, não se pode negar a integração da China às cadeias produtivas e comerciais que são controladas pelos países capitalistas e por suas empresas. Mesmo se considerando um país "socialista", a atuação da China na economia capitalista mundial é expressiva e crescente, não apenas por se tornar a "fábrica do mundo", mas também pelo importante papel que exerce cada vez mais assertivamente nas finanças mundiais, tendo sua moeda recentemente sendo admitida na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque do FMI. Nesse sentido, a experiência chinesa ora contrasta significativamente com a caracterização de Fernand Braudel, ora se conforma como um novo polo de expansão da sociedade capitalista mundial.

Braudel sinaliza que a diversidade de questões internas aos Estados precisam ser consideradas numa análise mais aprofundada sobre as disputas entre os agentes estatais na ordem internacional, porque as classes sociais podem ter interesses que suplantam aos de seu próprio Estado. Nisso suas ideias se chocam com as correntes realistas das Relações Internacionais, uma vez que estas focam principalmente na necessidade de acumulação de poder por parte de um Estado para garantir sua sobrevivência nas relações interestatais, dentro de um cenário internacional substancialmente anárquico e cujos constrangimentos externos aos Estados catalisam essa busca pelo poder.

A obra de Braudel por si só proporciona importantes instrumentos para a reflexão no campo das Ciências Sociais, criando uma corrente de pensamento que busca aprofundá-la ou

levantar novas abordagens e novos conceitos. Nessa linha, situamos Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. O primeiro busca analisar os deslocamentos hegemônicos dentro do sistema mundial moderno sob a ótica da análise do sistema capitalista como um todo. A partir deste ponto, Arrighi, buscará compreender o mecanismo desses deslocamentos pela construção do conceito de "ciclo sistêmico de acumulação". Nas próximas duas seções, analisaremos a contribuição destes autores.

A EXPANSÃO DA ECONOMIA CAPITALISTA E O "SISTEMA MUNDO"

Ao aprofundar as reflexões feitas por Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein buscou a explicação para as causas das desigualdades existentes no sistema internacional, onde se articulam um centro de poder e uma periferia a ser explorada. Essa articulação é derivada, como vimos, do conceito braudeliano de "Economia Mundo" capitalista (um mundo que se organizou em busca da alta lucratividade e onde a economia se organiza em "redes" mundiais, buscando novas regiões de exploração) e que se expande para o conceito de "Sistema Mundo", um arranjo sistêmico que integra a economia mundial ao sistema capitalista mundial. Conforme a citação de Wallerstein:

> Este conceito adaptou o uso de Braudel em seu livro sobre o Mediterrâneo, e o combinou com a análise do centro-periferia da CEPAL. Argumentou-se que a economia-mundo moderna era uma economia-mundo capitalista. Não a primeira economia-mundo, mas sim a primeira economia-mundo a sobreviver e florescer durante tanto tempo, e logrou isto a converter-se, precisamente, em completamente capitalista (WALLERSTEIN, 2006, p. 17).

O conceito de "Sistema-Mundo" de Wallerstein (1970) pressupõe que, no espaço geográfico mundial, a divisão do trabalho e fluxos de força de trabalho e de capital é constante, e que não há uma homogeneidade em termos políticos ou culturais. A economia-mundo "não está limitada por uma estrutura política unitária. Pelo contrário, há muitas unidades políticas dentro de uma economia-mundo, tenuamente vinculadas entre si em nosso sistema-mundo moderno dentro de um sistema interestatal" (WALLERSTEIN, 2006, p. 21). Vale observar que para o autor, as regras que regem este sistema interestatal são impostas pelo

Estado que garantiu um grande acúmulo de capital dentro de suas fronteiras quando comparado às capacidades dessa acumulação por outros Estados, o que resulta no processo de hierarquização onde o Estado portador de maior poder não é aquele que prescinde de maior poder militar ou até mesmo, da eficiente dimensão retórica, e sim, pela capacidade de maximizar seus resultados econômicos por efetiva força de seu aparato estatal, potencializando a acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2001). Dentro dessa perspectiva, mesmo os Estados Unidos como a maior potência militar do planeta, cujo orçamento militar equivale à soma dos oito seguintes países, sua hegemonia não decorre exclusivamente deste fato, mas da capacidade de criação de novas tecnologias, novos arranjos produtivos e na criação de um padrão de consumo imitado na maior parte do mundo. É inegável que a globalização é uma criação norte-americana e este país é o seu maior beneficiário.

Acompanhando o raciocínio, quando consideramos na História as disputas hegemônicas, o autor aponta que os Estados que lograram períodos de dominação ou hegemonia, antes destas se consolidarem através de guerras, portavam uma forte e organizada base econômica. Temos então que, internamente à competição interestatal por maior acumulação de capital, o Estado que alcançou a vantagem competitiva e que se sobressaiu aos demais, precisou necessariamente garantir a supremacia econômica no tripé: agroindústria, comércio e finanças (WALLERSTEIN, 2001).

A lógica do sistema capitalista, de acordo com Wallerstein, reforçou mecanismos de concorrência que limitou a capacidade de uma hegemonia ampliar seu período de domínio mundial por muito tempo se considerado o período longo, pois os meios que garantiram o "sucesso" da prosperidade econômica de um determinado país podem ser replicados por outras economias. Nesse aspecto, a globalização econômica que garantiu a expansão da hegemonia dos Estados Unidos é a mesma que está viabilizando a estratégia de desenvolvimento da China, uma vez que esta tem trilhado o caminho do aprendizado tecnológico e subindo rapidamente nas cadeias de agregação de valor. As empresas chinesas encontram-se numa etapa de internacionalização que no médio e longo prazos podem ameaçar a preponderância de suas similares norte-americanas.

Outro aspecto importante considerado pelo o autor considera diz respeito ao fato de

que a extensão do poderio militar e os gastos dele decorrentes também operam como constrangimentos à expansão ilimitada de determinada hegemonia. Nesse sentido, podemos considerar que Wallerstein se alinha à tese de Paul Kennedy (1989) sobre os constrangimentos que levam à queda das grandes potências, o chamado "imperial overstretch".

Dentro dessa discussão, é importante salientar que a lógica do capitalismo como sistema histórico[4], é definida pelo fato de que a acumulação de capital é estruturada de forma central e o monopólio é priorizado. Como todo sistema histórico, Wallerstein adverte que assim como houve o período de sua gênese (Europa no século XV), haverá também o período de sua derrocada:

> O que me parece metodologicamente essencial na análise de qualquer sistema social histórico (e a economia-mundo capitalista é um sistema social histórico) é distinguir cuidadosamente entre, por um lado, os ritmos cíclicos que definem o seu caráter *sistêmico* e que lhes permitem manter um certo equilíbrio, pelo menos ao longo da duração do sistema, e, por outro lado, as tendências seculares que crescem a partir desses ritmos cíclicos, definindo o seu caráter *histórico*, e que significam que, mais cedo ou mais tarde, um dado sistema já não conseguirá conter suas contradições internas; portanto, este sistema entrará em uma crise sistêmica (WALLERSTEIN, 2004, p. 232).

A conclusão de Wallerstein é fundamentalmente lógica, uma vez que os sistemas organizados tendem à autodestruição pelas contradições que vão acumulando durante sua existência. A grande questão que se coloca é se uma suposta crise do "sistema-mundo" liderado pelos Estados Unidos será capaz de gerar um novo sistema internacional, não capitalista, ou se a expansão da economia-mundo rumo à China seria um rejuvenescimento do modelo atual sob a liderança de outro centro de poder. Nesse caso, caberia refletir sobre como a China poderia ser este novo centro sendo um Estado que, tal como discutimos, não se organiza a partir das prioridades de sua burguesia, mas na necessidade de fortalecimento de um poder nacional que tem como eixo o Partido Comunista chinês.

[4] É importante acrescentar que o conceito de "capitalismo histórico" de Wallerstein é definido como "o *locus* concreto, integrado e delimitado no tempo e no espaço, onde se dá o processo de produção e reprodução do capital" (WALLERSTEIN, 2004, p. 233).

Apesar das críticas de outras correntes teóricas, baseado na sua perspectiva de que o capitalismo estaria com os dias contados, Wallerstein abriu caminhos para uma análise que contemple a estrutura e a História de determinado sistema, abordando seus aspectos temporais e cíclicos com momentos de crises e expansão, tal como Braudel havia introduzido em suas abordagens, influenciando também Giovani Arrighi, que utiliza os conceitos de ambos em sua tentativa de compreender a História do sistema capitalista para juntar elementos que lhe permitam analisar as contradições da hegemonia norte-americana.

GIOVANNI ARRIGHI E OS "CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO"

A contribuição de Giovanni Arrighi se torna relevante para nossa pesquisa na medida em que ela oferece um "padrão" histórico da evolução da economia-mundo capitalista, desde o século XIII, que nos induz a fazer um raciocínio teórico sobre os elementos estruturais que podem indicar a exaustão do ciclo de uma potência hegemônica e também as características que indicam os elementos da ascensão de uma potência concorrente, tal como planteia o problema que colocamos sobre possíveis disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China. Dessa forma, o autor estabelece parte desses padrões que constituem o capitalismo histórico como sistema mundial e os relacionam às fases de expansão da produção material e de expansão financeira que completam um Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA).

Os períodos de expansão material correspondem ao "capital monetário [que] 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadorias)". Já o período da expansão financeira, "uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros" (ARRIGHI, 1996, p. 6). Nesse último período, a inovação de produtos deixa de ser altamente rentável e os capitalistas chegam à conclusão de que emprestar dinheiro se torna mais lucrativo do que aplicar seus capitais na produção. Na fase material, o dinheiro para se valorizar se transforma em mercadoria e ressurge valorizado depois do processo de troca (D-M-D'), tal como ensina Marx. Já na fase financeira, o dinheiro é produzido a partir do dinheiro (D - D') e será aplicado posteriormente em algum outro setor

(ou até mesmo em uma nova posição geográfica) potencialmente mais lucrativo. Assim como Braudel, Arrighi demonstra que "todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua 'maturidade' ao chegarem ao estágio de expansão financeira". Estes são os períodos que poderemos nomear como de *ascensão* e *derrocada* num determinado ciclo sistêmico de acumulação. Os períodos de expansão financeira em exclusivo incluem "longos períodos de transformação fundamental do agente e da estrutura dos processos de acumulação de capital em escala mundial" (ARRIGHI, 1996, p. 88).

Os resultados dessas transferências de investimentos são as permanentes "reestruturações geográficas" do sistema mundo capitalista. Isto também é ressaltado por Wallerstein, que chama atenção para esse processo:

> Processos produtivos têm decaído na escala hierárquica à medida que processos novos são inseridos no topo da hierarquia. Áreas geográficas específicas têm acolhido processos cujos níveis hierárquicos estão em constante alteração. Determinados bens experimentaram seus "ciclos de produção", começando como centrais e acabando como periféricos. Além disso, certos *loci* tiveram seus *status* modificados para cima e para baixo, em termos do bem-estar relativo dos seus habitantes. [...] a polarização tem aumentado ao longo da história. Pode-se dizer, por isso, que as transferências geográficas e de produtos têm sido cíclicas. (WALLERSTEIN, 2001, p. 34).

Logo, esses rearranjos têm demonstrado importantes consequências que envolvem a economia mundo – como a reestruturação geográfica que acabamos de citar – e que trazem à tona importantes debates em nível conjuntural e estrutural, sob a perspectiva do capitalismo histórico.

Assim, nota-se que o capitalismo não é estanque e nem estático. Para além do papel do processo de destruição criadora tratado por Schumpeter (1961) que se relaciona a modificações qualitativas do processo de desenvolvimento econômico, faz importante destacar a mobilidade espacial do capital em busca de maior rentabilidade e condições para sua reprodução.

Num primeiro momento, o capitalismo teve por base o Mar Mediterrâneo. Posteriormente, depois das Grandes Navegações, deslocou o seu *locus* para o Oceano Atlântico, ao integrar a Europa, a África e de lá, a Ásia. Sob a hegemonia dos Estados Unidos,

apesar de não se abandonar o eixo Atlântico, teve início a criação de um eixo Pacífico, cuja hegemonia foi garantida pela vitória sobre os Japoneses na II Guerra Mundial. Do ponto de vista da produção e dos fluxos comerciais e financeiros, a partir da década de 1980, o eixo do Pacífico vem adquirindo maior dinamismo por conta da ascensão da China e de outros países da região. É esta lógica da movimentação espacial do capitalismo que impulsionou Giovanni Arrighi a construir o com o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação. De acordo com o autor:

> O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade. (ARRIGHI, 1996, p. 10).

Para tanto, nesse processo de consolidação e desintegração de regimes, torna-se importante refletir sobre quais são as características dos períodos de ascensão, maturidade e derrocada de um sistema. Ao comparar os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, o autor afirma que:

> Uma fase de expansão material seguida por uma fase de expansão financeira constitui o que nós chamamos de *século longo* ou ciclo sistêmico de acumulação (CSA). Podemos identificar quatro séculos longos ou CSAs parcialmente superpostos: (1) um ciclo genovês-ibérico, que vai desde o século quinze até o início do século dezessete; (2) um ciclo holandês, que se estende desde finais do século dezesseis até finais do século dezoito; (3) um ciclo britânico, que vai desde a metade do século dezoito até o início do século vinte; e (4) um ciclo norte-americano. Que vai desde finais do século dezenove até o presente. Cada ciclo é denominado de acordo com o (e definido pelo) complexo particular de agentes econômicos e governamentais que conduziram o sistema capitalista mundial na direção de expansões materiais e financeiras que juntas constituem o século longo. (SILVER; ARRIGHI, 2012, p. 79).

Nesse sentido, cabe refletir sobre os elementos que podem indicar a saturação da hegemonia dos Estados Unidos e a criação de um novo centro sistêmico no entorno da China, como uma consequência aparentemente lógica desse movimento estrutural. Em tese, a ação da burguesia estadunidense de abandonar a produção (por meio de terceirizações ou

deslocalizações produtivas) e focar seus interesses no mercado acionário ou no mercado de dívidas, tal como se desenha a globalização econômica iniciada na década de 1980, poderia significar o ponto de virada de seu ciclo hegemônico, ou seja, quando se abandona a fase produtiva e se ingressa na fase financeira. Em contraponto, o ingresso da China na economia mundial, a estruturação de um grande parque produtivo e o crescente processo de agregação de valor por parte de suas empresas seria o indicativo de uma fase de ascensão material e produtiva que poderia levá-la a disputar a hegemonia com os Estados Unidos. Esses indícios são a base de nossas ulteriores discussões.

Assim, para avançarmos ao ponto central do problema proposto, cabe agora brevemente discorrermos sobre elementos do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano no seu estágio financeiro, e sobre a atual fase de expansão material da economia chinesa.

A EXPANSÃO FINANCEIRA NORTE-AMERICANA

No período que concerne ao fim da Guerra Fria, os Estados Unidos surgem como potência militar, econômica, tecnológica e cultural incontestáveis. Também nesse período, há uma forte expansão no processo de globalização em que o país expande seu "território econômico supranacional" para "regiões que até então estavam excluídas do processo de liberalização financeira, de integração produtiva e de abertura comercial, notadamente o Leste Europeu e a América Latina" (PINTO, 2011, p. 31).

Como a única superpotência global, os EUA se empenharam em difundir pelo mundo seus valores, seu modelo político e seu projeto imperial[5]. Pode-se dizer que no âmbito das relações internacionais o país se concentrou em fortalecer a sua visão de democracia sob os arranjos de cooperação multilateral e na expansão do capitalismo com a abertura de novas economias. Quanto aos interesses econômicos, Andrew Hurrell acredita que:

[5] Andrew Hurrell aponta para o fato de que a palavra "império" passou a ser muito utilizada para denominar a grande extensão do poder americano no mundo unipolar. Para ele, porém, a utilidade analítica da palavra *hegemon* é maior, pois implica pontos cruciais como "negociação, legitimidade e a necessidade do *hegemon* conseguir adeptos e seguidores" (HURREL, 2005, p. 1).

> Ao contrário do envolvimento britânico no comércio e no investimento de portfólio, a expansão dos interesses econômicos norte-americanos durante o século XX, envolveu investimentos na produção e exploração de matérias primas, comumente à sombra de barreiras tarifárias de bem-sucedidos arranjos de substituição de importação que dominaram o crescimento econômico de boa parte do mundo durante grande parte do século. Manter-se nesse âmbito significava, inevitavelmente, que os Estados Unidos estariam envolvidos na política doméstica de diversos países ao redor do planeta com mais intensidade que a Grã Bretanha. Além disso, o caráter mutável da regulação econômica global, relacionado, de um modo ou de outro, aos interesses dos Estados Unidos, tem, cada vez mais, envolvido regras amplamente intrusivas, cujo valor depende de sua internalização e implementação nessas sociedades. (HURREL, 2005, p. 11).

A difusão de um certo liberalismo internacional foi uma das características do governo Bill Clinton, sendo criticada pelos setores conservadores do governo e da oposição por possivelmente dificultar a implementação de um projeto mais assertivo após a vitória na Guerra Fria. O avanço mundial do poderio americano na esfera econômica e política, o chamado "internacional liberalismo", foi sistematizado no *Consenso de Washington* em 1989 e difundidos para as regiões que recém haviam saído da experiência socialista ou de outras que abandonaram projetos nacionalistas, como a Europa Oriental, a América Latina e países do Sul e Sudeste asiáticos. Basicamente os pontos principais se concentraram: a) na abertura da economia (comercial e financeira); b) na política do Estado mínimo, ou seja, de manter sob o controle do Estado somente as funções e garantias fundamentais; c) na reestruturação do sistema de previdência; d) em processos de privatizações e desregulamentações; e) na política de câmbio flexível; f) nos investimentos em infraestrutura básica e em políticas sociais focalizadas; além de g) fiscalizar os gastos públicos (PINTO, 2011).

Além de promoverem a bandeira do liberalismo pelo mundo, (muitas vezes impondo suas práticas e leis a outras nações), os Estados Unidos se empenharam em criar artifícios de cooperação entre os países capitalistas centrais com o fortalecimento das instituições "multilaterais", como o FMI, Banco Mundial e OMC, além de um sistema de alianças nos oceanos Atlântico e Pacífico. Na América Latina, principalmente na Argentina e no Chile, grande parte das políticas do Consenso de Washington foi seguida, o que redundou, por exemplo, em desemprego e crise social devido à promoção da abertura do mercado às importações em detrimento das exportações, diferentemente dos "países mais bem-sucedidos

do Leste Asiático [que] não seguiram essa estratégia; o governo desempenhou um papel ativo não só na promoção da educação, da poupança e da distribuição de renda, mas também no avanço tecnológico" (STIGLITZ, 2003, p. 245).

Enquanto o governo dos Estados Unidos estimulava a implementação das políticas do Consenso de Washington no mundo em desenvolvimento, internamente colhia frutos de uma economia revigorada pela crescente financeirização e, também, pela revolução produtiva impulsionada pelo advento de novas tecnologias de informação e comunicação, entre as quais a Internet é o exemplo mais bem acabado. Entre 1990 e 2000, a economia do país cresceu sem maiores problemas a despeito das crises financeiras que abalaram o mundo. De acordo com Arrighi:

> Segue-se que a belle époque norte-americana da década de 1990 baseou-se num círculo virtuoso que, a qualquer momento, podia se tornar vicioso. Esse círculo virtuoso, mas potencialmente vicioso, baseava-se na sinergia de duas condições: a capacidade dos Estados Unidos de se apresentar como responsáveis pelas funções globais de mercado de último recurso e como potência político-militar indispensável; e a capacidade e disposição do resto do mundo de fornecer aos Estados Unidos o capital de que estes precisavam para continuar exercendo essas duas funções em escala cada vez maior. A derrocada do bloco soviético, as "vitórias" espetaculares na primeira Guerra do Golfo e na Guerra da Iugoslávia e o surgimento da bolha na nova economia deram impulso tremendo à sinergia entre a riqueza e o poder norte-americanos, de um lado, e o fluxo de capital estrangeiro, de outro. Mas se qualquer uma dessas condições mudasse, a sinergia poderia se inverter e transformar o círculo virtuoso em vicioso (ARRIGHI, 2008, p. 204).

Essas informações são importantes para que possamos compreender o conjunto de circunstâncias que configuravam no cenário norte-americano no momento da vitória dos "falcões" no ano de 2000, com a eleição de George W. Bush. Com a explosão da bolha no mercado acionário, em 2000,[6] e o grande endividamento com outros países, era necessário ao governo repensar a política da década de 1990.

Muitos autores são unânimes em dizer que os atentados às torres gêmeas em 11 de Setembro de 2001, marcaram o início do século XXI com o aprofundamento das ações

[6] Para um aprofundamento maior nessa temática, ver: BRENNER, Robert. O Boom e a Bolha. Rio de Janeiro: Record, 2003.

unilaterais estadunidenses, além transformar os planos geopolíticos de diversos países colocando ênfase na estratégica de "guerra ao terror". Nas palavras de Arrighi, "o verdadeiro rompimento com a década de 1990 só aconteceu em 2001, quando o governo Bush reagiu aos atentados terroristas adotando um novo programa imperial, o Projeto para o Novo Século Norte-Americano (PNAC) [7]" (ARRIGHI, 2008, p. 186). Seu governo foi caracterizado por empregar na sua política externa o tema das "ações preventivas", o que fez da "estratégia de guerra preventiva" o cerne das intervenções que resultaram nas guerras do Afeganistão e do Iraque.

Por conta do esforço fiscal para viabilizar a sua máquina de guerra, os Estados Unidos foram forçados a ampliar o endividamento por meio de empréstimos de governos estrangeiros, em especial, da região da Ásia oriental. Apesar da expectativa inicial da vitória rápida e fácil, o contrário se mostrou com aumento do endividamento norte-americano, pois os custos da guerra eram crescentes e o petróleo iraquiano não conseguia cobri-los (ARRIGHI, 2008).

Estes custos foram contabilizados e detalhados no livro *Three Trillion Dollar War* de Joseph Stiglitz e Linda Bilmes, lançado em 2008. De acordo com os autores, "o verdadeiro custo da guerra no Iraque, de acordo com os nossos cálculos, será, pelo tempo que a América tem se desenredado, superior a U$ 3 trilhões. E esta é uma estimativa deliberadamente conservadora. O custo final pode também ser muito mais elevado" (STIGLITZ; BILMES, 2008). Esse número confirma a estimativa dada em 2007, de que o custo da Guerra ao Terror ultrapassaria todas as guerras americanas, com exceção da Segunda Guerra Mundial (ARRIGHI, 2008). Frente a essas observações, Silver e Arrighi argumentam:

> Estamos experimentando o "outono" da hegemonia mundial americana? [...] a crise financeira de 2008 é um dos últimos indicadores de que isso está realmente acontecendo. Da mesma maneira que seus antecessores genoveses, holandeses e britânicos, o capital americano mudou de forma crescente para o setor financeiro e para longe do comércio e da produção,

[7] O PNAC (1997) foi fundamentalmente baseado nos seguintes pontos centrais: liderança nacional disposta a administrar as responsabilidades dos Estados Unidos em nível global; prática da política externa atrelada aos princípios estadunidenses e forte capacidade militar. É importante observar que as diretrizes da política externa pautada no PNAC foram parcialmente adotadas no governo Bill Clinton.

> Na medida em que a maior expansão material em escala mundial, criada pelo fordismo-keynesianismo, alcançou seu limite na década dos anos oitenta. Ao mudar o foco para a área financeira, os Estados Unidos foram bem-sucedidos em atrair capitais de todas as partes do mundo, financiando, assim, uma enorme expansão do mercado de ações e de suas forças armadas. (SILVER; ARRIGHI, 2012, p. 80).

Apesar de os Estados Unidos continuarem como a maior potência militar mundial, verifica-se que, além do endividamento e dos graves prejuízos causados aos povos diretamente relacionados às incursões militares norte-americanas, o fracasso do projeto imperial e a crise sinalizadora da hegemonia americana, é evidente. As ocupações militares "comprometeram a credibilidade do país e da moeda [dólar] na economia política global e fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança norte-americana na Ásia oriental e em outras regiões" (ARRIGHI 2008, p. 219).

Outros grandes desafios se configuraram no cenário mundial com a crise sistêmica internacional que começou em meados do ano de 2007 e que persiste até os dias atuais (2016). A crise iniciou-se no mercado imobiliário americano por meio dos empréstimos a clientes *Subprime* (hipotecas de alto risco) e com um fictício esquema de securitização que supostamente eliminava o risco dessas operações. A parte visível da crise ocorreu em setembro de 2008, com a falência do grupo Lehman Brothers. A crise se propagou rapidamente, revelando o seu caráter sistêmico. Como todos os países do globo foram atingidos, com diferentes intensidades, verificou-se a "queda mundial do nível de atividade econômica, do emprego, da formação bruta de capital fixo (FBKF) e dos fluxos de comércio e de Investimentos externos diretos (IDE)" (PINTO, p. 60).

Passados quase oito anos desde a eclosão da crise financeira, a economia mundial não se recuperou. Os desafios colocados para a administração de Barack Obama, de recuperar o dinamismo econômico e o prestígio político dos Estados Unidos, não foram plenamente atingidos. Se de um lado conseguiu reverter o pior da crise, não tocou nas questões centrais que levaram o setor financeiro à beira do colapso, jogando para frente a eclosão de um novo cataclismo. Por outro lado, mesmo com a crise no setor produtivo, o país ainda lidera o desenvolvimento tecnológico mundial e também a definição do padrão de consumo que é imitado mundialmente. Os impactos negativos da crise sobre o mercado de trabalho jogaram para baixo os custos produtivos no país e se ensaia um movimento de "reshoring", ou seja, do

retorno de empresas que haviam partido para o exterior em busca de competividade. No entanto, enquanto a economia dos EUA perde participação na economia mundial, a China projeta tornar-se a principal economia do mundo nos próximos 10 anos. Em 2015, quando a economia chinesa cresceu 6,9% e a norte-americana 2,5%, a primeira contribuiu com um incremento de U$650 bilhões ao PIB mundial e a segunda com aproximadamente US$450 bilhões.

Já do ponto de vista político, apesar de diminuir a presença militar no Iraque e no Afeganistão, não conseguiu estabilizar a região e ainda por cima está tendo que lidar com convulsões políticas em outros países do Oriente Médio, como a Síria, o Iêmen, a Líbia e o Egito. Adicionalmente, está confrontando a reação russa frente à desestabilização do governo ucraniano, que levou a uma guerra civil que divide o país e de quebra a anexação da Crimeia pelo governo de Moscou. A questão específica da estratégia norte-americana para a Ásia-Pacífico será abordada mais adiante, pois trata-se de uma estratégia que visa conter a influência chinesa naquela região. Se de fato estamos atravessando um período de transição hegemônica, estamos diante de uma conjuntura conturbada. Tal como advertiram Silver e Arrighi, "os períodos de transição de um século longo para outro foram, historicamente, períodos de crises econômicas e guerras generalizadas" (SILVER; ARRIGHI, 2012, p. 84).

A EXPANSÃO MATERIAL CHINESA

A rápida ascensão da China coincide com o período de "Reforma e Abertura" desencadeado no país no final da década de 1970, após a morte de Mao Zedong e do curto período de transição que coincidiu com o mandato de Hua Guofeng (1976-1981). Naquele momento, a "segunda geração" de líderes, capitaneada por Deng Xiaoping assumia o poder na China. Colocava-se em pauta a modernização da economia e uma maior inserção do país na economia mundial, além de manter a aproximação com os Estados Unidos com a intenção de garantir sua segurança, já que a China se preparava para um "inevitável" conflito com a URSS[8].

[8] Um visitante da China, em 1978, descreveu com detalhes a rede de abrigos nucleares da cidade de Pequim. A grande ameaça seria um ataque nuclear dos "revisionistas" soviéticos. Ver: HENFIL. **Henfil na China**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

Ademais, tratava-se de desenvolver o país, pois a renda per capita era muito baixa, assim como o nível de produtividade geral da economia. Tal discussão permeava as instâncias de poder desde a década de 1960, mas com a troca de gerações, foi para o topo das prioridades em dezembro de 1978. É importante salientar que a economia reformista chinesa é compreendida por rupturas e continuidades do modelo maoísta e, por ser um novo modelo, tem características e lógicas próprias (SANTILLÁN; SILBERT, 2005).

Com a meta de modernização para até o fim do século XX, o governo chinês, no fim da década de 1970, se concentrou nos esforços de aplicar uma nova política de reforma de abertura que permitisse ao país se tornar uma moderna potência econômica. Para tanto, os três grandes objetivos da modernização consistiam em, com base no PIB de 1980, duplicá-lo em 1990 e quadruplicá-lo no ano de 2000, além de realizar a modernização do país até meados do século XXI. Este projeto continua em curso.

A concepção política das "Quatro Modernizações" [9] foi aprovada no Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do PCC, em dezembro de 1978. Naquele momento, ficou decidido que, a partir de 1979, os esforços seriam concentrados em uma modernização socialista que impactaria de forma direta as estruturas e a forma de organização da produção na China (SPENCE, 1995), levando ao abandono do coletivismo e do igualitarismo que haviam permeado as últimas duas décadas e, particularmente, tornando flexível o planejamento central.

Do ponto de vista da modernização industrial, decidiu-se, em 1980, pela implantação gradual das *Zonas Econômicas Especiais* (ZEEs), que tinham por função adotar experiências de Zonas Francas para a produção e exportação de bens de consumo, atraindo empresas estrangeiras (principalmente de Hong Kong e Taiwan), além de introduzir um "laboratório" para experiências de mercantilização da economia que posteriormente seriam levadas para todo o país.

Houve um segundo processo de abertura, mais precisamente em 1984, que consistia num pacote de medidas que autorizavam a criação de mais quatorze "cidades abertas". Estas

[9] A ideia das "Quatro Modernizações" foi lançada por Zhou Enlai em 1964, durante o *Third National People's Congress* e, após a morte de Mao Zedong em setembro de 1976, foi retomada por Deng Xiaoping.

cidades foram conhecidas por *zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico*-ZDET[10] (Jīngjì jìshù kāifā qū 经济技术开发区) e foram centros de captação de investimentos estrangeiros, principalmente com a "maior liberdade para transacionar seus bens e serviços" e com a eliminação do monopólio estatal de comércio exterior em 1986 (PINTO, 2011, p. 29). É importante observar que o processo de atração de capitais estrangeiros nas ZEEs e ZDETs, criou um espaço de aprendizado de práticas econômicas estrangeiras e a introdução de métodos mais eficazes e modernos de administração e também de novas tecnologias.

Arrighi acrescenta outras razões que atraíram o investimento de capital estrangeiro para China nos anos 1980. Para além da vasta força de trabalho de baixo custo, havia "a elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva". Desta forma, não foi o capital estrangeiro que gerou essas condições na China, mas o "desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC" (ARRIGHI, 2008, p. 2).

Já no início dos anos 2000, o país impressionava pelo aumento gradual da sofisticação tecnológica dos produtos exportados para o Mundo e, principalmente, para os Estados Unidos. Alguns analistas apontaram que o grau de sofisticação tecnológico apresentado, era três vezes maior quando se comparado com alguns países com o mesmo nível de renda *per capita.* Ao mesmo tempo, a China também se afirmava como grande importadora de máquinas e equipamentos dos EUA, da Europa, do Japão e Coreia do Sul, além de grande consumidora de matérias primas de países da África, Ásia, América Latina e Leste europeu (PIRES, 2011).

Os efeitos do *milagre asiático*, na década de 2000, ultrapassaram as barreiras regionais quando a China se tornou a principal produtora e exportadora mundial de manufaturados, além de, conforme citado anteriormente, uma grande consumidora de produtos de países também em desenvolvimento. Não obstante, nessa mesma década, observamos que a China aumentou consideravelmente suas reservas de divisas estrangeiras de forma rápida. Em 2005,

[10] Estima-se que foram criadas mais 18 ZDETs entre 1992 e 1993 e mais de 100 ZEEs por volta de 2003. Isso se deve também à criação de outras ZEEs implantadas sob o programa de desenvolvimento do oeste do país, ou seja, criou-se para esse propósito, uma nova modalidade de ZEE conhecida como "Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia" (PINTO, 2011).

a China já era o país com maiores reservas internacionais, principalmente nominada em títulos do Tesouro norte-americano (MEDEIROS, 2006). Em 2015 o volume de reservas atingiu aproximadamente US$3,5 trilhões. Nesse mesmo ano a moeda chinesa, o Yuan/Remimbi, passou a fazer parte da cesta de moedas que lastreia os Direitos Especiais de Saque do FMI, tornando-se uma moeda de reserva internacional ao lado do Dólar, do Euro, da Libra Esterlina e do Yen.

É preciso remarcar que a rápida ascensão da China foi resultado da combinação de estratégias acertadas no processo de mercantilização da economia, tanto pela coordenação do processo de liberalização de preços como pelo controle estreito das principais variáveis econômicas, que ainda hoje continuam sob comando do Estado. Por ouro lado, correspondeu a uma leitura acertada do processo de globalização, o que gerou uma estratégia de inserção internacional bem sucedida. Ressalte-se que, por conta das políticas de modernização, o capital estrangeiro foi admitido com ou sem parcerias com empresas chinesas e, a China, em 30 anos de 'Abertura e Reforma', tornou-se a segunda maior economia do mundo e a primeira nação exportadora.

É importante salientar que a ascensão da China ocorre na região mais populosa do planeta e que este dinamismo vem se intensificando desde a década de 1950 pelo fenômeno de "spillover", o transbordamento de prosperidade, primeiramente com a ascensão japonesa, posteriormente com os chamados "Tigres Asiáticos" (Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul) e mais recentemente com o desenvolvimento chinês. Destaca-se que um processo similar ocorre nesse momento em que a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) está construindo um mercado comum que abrangerá mais de 1 bilhão de pessoas.

Tais informações nos levam a refletir se de fato estaríamos vivenciando o processo de emergência de um novo ciclo sistêmico concentrado no Leste-Asiático, onde a expansão produtiva ofusca os tradicionais centros da economia-mundo capitalista. De acordo com Silver e Arrighi (2012, p. 85), "a sobreposição indica um fato de que um novo ciclo sistêmico de acumulação emerge ao mesmo tempo em que o regime dominante está chegando a seus limites". Se de fato ocorre um movimento nessa direção, podemos agora analisar elementos que apontam para a intensificação de disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China, notadamente na região da Ásia-Pacífico.

ELEMENTOS DA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Quando confrontamos a aparente trajetória declinante dos Estados Unidos, em termos de poder econômico e político, com a evidente trajetória ascendente da China, verificamos que há elementos concretos que indicam que a relação entre os dois países será potencialmente competitiva e possivelmente conflituosa. No entanto, desde o início da década de 1970, quando foram retomadas os contatos diplomáticos, esta relação sempre se mostrou contraditória, com a China buscando se reinserir na ordem internacional, e os Estados Unidos organizando uma estratégia de engajamento mesclada de políticas de contenção. Já sob a égide da globalização, desde o começo da década de 1990, esta relação manteve aquele perfil, mas com a novidade de se basear numa forte interdependência econômica, sendo os Estados Unidos o principal mercado para as exportações chinesas e a China o país detentor do maior estoque de títulos federais norte-americanos. Por conta dessa situação, Pecequilo (2012) postula que as relações sino-americanas desde a década de 1970 podem ser encerradas no binômio "contenção-engajamento" e daí serem tão complexas, algumas vezes cooperativas, e outras vezes contraditórias.

Na perspectiva de disputas hegemônicas na Ásia, mesmo que os chineses refutem esta postura, vemos o confronto entre dois projetos, como a tentativa de manutenção da primazia dos EUA por meio da estratégia "Século da América no Pacífico", lançado em 2011, frente à estratégia chinesa de "Desenvolvimento Pacífico".

A estratégia de "*pivot* para a Ásia" foi anunciada pela Secretária de Estado Hillary Clinton, em outubro de 2011, no Havaí, às vésperas da reunião de cúpula da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC). Trata-se de uma iniciativa para angariar apoio entre seus aliados, garantir a hegemonia do país na região e também criar embaraços para a ascensão chinesa. Nas palavras de Clinton:

> But today, there is a need for a more dynamic and durable transpacific system, a more mature security and economic architecture that will promote security, prosperity, and universal values, resolve differences among nations, foster trust and accountability, and encourage effective cooperation on the scale that today's challenges demand. And just as the

> United States played a central role in shaping that architecture across the Atlantic – to ensure that it worked, for us and for everyone else – we are now doing the same across the Pacific. The 21st century will be America's Pacific century, a period of unprecedented outreach and partnership in this dynamic, complex, and consequential region. (CLINTON, 2011)

No bojo dessa estratégia, temos verificado, desde 2010, uma maior atuação dos Estados Unidos nessa região, não apenas no sentido de aumentar sua presença militar, mas de reforçar os laços com aliados para refrear a ascensão chinesa.

Já por meio da estratégia de "Desenvolvimento Pacífico", a China buscar atingir as duas grandes metas do "Sonho Chinês", tal como definiu o presidente Xi Jinping. São elas: a construção de um país moderadamente próspero, em 2021, centenário da fundação do Partido Comunista Chinês, e de um país desenvolvido, em 2049, centenário da criação da República Popular da China. Para alcançar tais metas, a liderança chinesa considera fundamental a manutenção de uma ordem internacional estável e pacífica, tal como ressalta o "Livro Branco" de 2011:

> A China deve desenvolver a si mesma por meio da defesa da paz mundial e contribuir para paz mundial por meio do seu próprio desenvolvimento. Deve alcançar o desenvolvimento por meio de seus próprios esforços e pela realização de reformas e inovações. Ao mesmo tempo, deve abrir-se para o mundo a aprender com os outros países. Deve procurar o benefício mútuo e o desenvolvimento comum com outros países de acordo com a tendência da globalização econômica. Deve trabalhar com outros países para construir uma paz durável e a prosperidade comum. Este é o caminho do desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum. (CHINA, 2011)

Nesse sentido, a China tem buscado reforçar laços com seus vizinhos buscando incorporá-los a iniciativas de cooperação regional, como o "Cinturão Econômico da Rota da Seda", a "Rota da Seda Marítima" e o "Corredor Econômico do sul da Ásia", que impacta a Ásia Central e o Oceano Índico. Vale ainda ressaltar outras iniciativas em curso para contrabalançar o poder financeiro dos Estados Unidos, como o Novo Banco de Desenvolvimento, criado pelos países dos BRICS, a recente inclusão do Yuan/Remimbi como moeda de reserva internacional e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura AIIB, em cuja criação contou com a

participação de diversos países (incluindo tradicionais aliados dos EUA na Europa), mas que foi rejeitado por Washington.

Para além de rivalidades naturais entre concorrentes na ordem internacional, o modelo político e econômico chinês "socialismo de mercado com características chinesas", sob direção pelo Partido Comunista, mesclando elementos de uma economia de mercado com uma forte intervenção estatal, não é bem visto pelo Ocidente. Diferentemente da extinta União Soviética, a China não tem interesse em exportar seu modelo ou seus valores para o resto do mundo, mas ainda assim é visto como "uma 'ameaça' ao Ocidente, que com ele se relaciona de forma conflitiva e, ao mesmo tempo, simbiótica" (VIZENTINI, 2006, p. 16). Por consequência, a ascensão chinesa não passaria despercebida ao governo norte-americano, mesmo estando este envolvido em diversas frentes de batalha. Daí o esforço bloquear o surgimento de um forte concorrente ou a emergência de uma ordem multipolar, na qual teria que dividir sua liderança.

Kissinger (2007, p. 703) também chama atenção para este aspecto da estratégia norte-americana de evitar a multipolaridade ao dizer que "o fim da Guerra Fria originou uma tentação ainda maior de reformular o ambiente internacional à imagem da América". Entretanto, por conta da emergência da China e de outros países em desenvolvimento, a constituição de um mundo multipolar parece inevitável. Mesmo porque, como observa Wallerstein:

> Há cinquenta anos, a hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo baseava-se em uma combinação de eficiência produtiva que superava de longe a de qualquer rival, uma agenda de política mundial que era calorosamente apoiada por seus aliados na Europa e na Ásia, e uma superioridade militar. Hoje, a eficiência produtiva das empresas americanas enfrenta forte competição, principalmente por parte das empresas dos seus aliados mais próximos. A agenda política mundial dos Estados Unidos já não é tão calorosamente apoiada e, muitas vezes, é claramente contestada, mesmo por seus aliados, especialmente depois do desaparecimento da União Soviética. O que resta, no momento, é a superioridade militar. (WALLERSTEIN, 2004, p. 211).

Nesse contexto, a região da Ásia-Pacífico tornou-se estratégica, não apenas pelo dinamismo econômico mas também por questões geopolíticas. É uma região em que a China

sempre exerceu influência política e cultural e que ainda hoje não superou os impactos do colonialismo, que legou aos países da Ásia uma série de disputas relacionadas à delimitação de fronteiras e de territórios em ultramar. Uma mesma ilha é disputada por três ou mais países ou uma linha de fronteira é questionada por ser estabelecida durante a dominação colonial. A Linha McMahon, demarcada durante o Raj britânico, ainda provoca conflitos entre a China e a Índia.

Ressalta-se que, no âmbito econômico, a China se tornou uma das principais parceiras na região do Leste e Sudeste asiático, sendo inclusive o principal destino das exportações do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, tradicionais aliados dos Estados Unidos na Ásia. Cientes do aumento da integração econômica da China com seus vizinhos, os Estados Unidos procuram se contrapor a essa crescente influência ao estimular as históricas rivalidades políticas entre a China e seus vizinhos, não apenas do Pacífico Ocidental, mas também no Oceano Índico.

Nesse contexto, há um interesse declarado do governo norte-americano em inserir-se com mais afinco nas questões que envolvem a região – como a *Transpacific Partnership* (Parceria Transpacífica) – TPP, pois também é uma forma de conter o aumento da influência da China, além de ser uma estratégia para reorganizar o sistema internacional de comércio e de investimentos, justamente quando a atuação do Grupo dos BRICS busca refrear as assimetrias dentro da Organização Mundial de Comércio.

Exemplo das mencionadas pendências históricas entre a China e seus vizinhos se às disputas no Mar do Sul da China, como as ilhas Spratlys, Paracel, Pratas e Macclesfiels Band e Scarborough Shoal que também são reivindicadas por Vietnam, Filipinas, Malásia, Taiwan e Brunei. As disputas no Pacífico Ocidental ganharam novas colorações tanto pela questão estratégica, basicamente relacionada ao controle das rotas navais, como pelo acesso a recursos pesqueiros e naturais disponíveis na região.

Isso pode colocar em risco o intento chinês de estabelecer um ambiente regional pacífico (PINTO, A. P., 2005). Nesse rol pode ser incluída a disputa pelas ilhas Diaoyu (para a China) ou Senkaku (para o Japão) que também envolve Taiwan. Frente a essas disputas, por mais que os chineses busquem estabelecer negociações bilaterais, os países mais fracos

encontram nos Estados Unidos o apoio para tornar essas negociações mais abrangentes e multilaterais ou levadas á arbitragem internacional, como ocorreu em Julho de 2016, quando a Corte de Haia se manifestou em favor do pleito Filipino com relação à posse dos territórios próximos de sua costa frente às demandas chinesas.

Outro evento que provoca tensão na região é o apoio dos Estados Unidos para que o governo japonês faça uma nova interpretação dos termos pacifistas de sua Constituição, permitindo que o país crie capacidade ofensiva "defensiva". Da mesma forma, as tensões aumentam diante da construção de bases militares chinesas nas Ilhas Paracel, levando os Estados Unidos a realizarem exercícios militares em águas reivindicadas por Pequim.

Uma hipótese suscitada por este estudo é a de que, no contexto de uma disputa hegemônica entre Estados Unidos e China na região da Ásia Pacífico, os Estados Unidos não tomariam nenhuma medida política, econômica ou militar direta contra a China, mas buscaria conter a ascensão da China ao acirrar rivalidades entre este país e seus vizinhos, não apenas por conta de disputas territoriais, mas também por rivalidades históricas, como as existentes com relação ao Japão ou ainda com relação a Taiwan. Daí a estratégia dos EUA poderia ser caracterizada como um *tertius gaudens* (o terceiro que se beneficia, em português), que alcançaria seus objetivos por meio da ação direta de outras nações (PIRES, 2013).

Ademais, apesar dessa abordagem indireta de contenção da China, é importante notar ainda que há posições no *establishment* estadunidense que sustentam a necessidade de medidas de força para a obtenção de seus objetivos como país hegemônico. Tal como formulado pela conceito de "Armadilha de Tucídides", acreditam que um confronto com a China seja inevitável. Nesse sentido, assinala Wallerstein:

> Eles (os falcões) acreditam que a posição mundial dos Estados Unidos tem declinado constantemente desde, pelo menos, a Guerra do Vietnã. Acreditam que a explicação básica para este declínio é o fato de que os governos norte-americanos terem sido fracos e vacilantes em suas políticas mundiais [...] Veem um remédio simples. Os Estados Unidos têm de se afirmar energicamente, têm de demonstrar uma vontade de ferro e uma esmagadora superioridade militar. (WALLERSTEIN, 2004, p. 305).

Ademais, outras correntes de pensamento sustentam que a China "não irá se contentar

com nada menos do que uma posição de igualdade com os Estados Unidos na ordem asiática", ou seja, "*pares* (paridade) sem o *primus* (primazia)" (WHITE, 2013). Isto está evidente na estratégia anunciada pelo governo chinês durante a reunião de cúpula entre Barack Obama e Xi Jinping, em junho de 2013, em que se postulava a criação de um "Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências" – xīnxíng dàguó guānxì 新型大国关系 (NMMPR, sigla em inglês), que se pauta pela busca de consensos e pelo tratamento equitativo de forma a evitar a eclosão de conflitos que tradicionalmente ocorrem entre a potência estabelecida e a potência desafiante. Tal como destaca o jornal People's Daily:

> In building a new-model Sino-US relationship, we need to learn the lessons of history. A brief look at the history of international relations tells us that when great powers collide, conflict and confrontation are never likely to be far off. Two world wars in the 20th century engulfed mankind in horror. Today, any military conflict between great powers would bring devastation beyond that which either party could bear. We must not repeat the mistakes of history. (People's Daily, 2013)

Não obstante à iniciativa chinesa de evitar o confronto e construir consensos, não existe da parte norte-americana o desejo de dividir seu poder e se relacionar com a China de forma equitativa. Como postula White, o objetivo da política dos EUA é usar todos os elementos do poder americano para preservar a velha ordem com base na primazia, "mesmo que isso leve à crescente rivalidade estratégica com a China, que compromete a paz e a estabilidade regional". Nesse entendimento, a política contemporânea dos EUA pode claramente ser caracterizada como de "contenção" (WHITE, 2013).

Também a China não está inerte esperando a boa vontade de seus concorrentes. Durante a Conferência da Marinha do Exército de Libertação do Povo, que ocorreu em dezembro de 2011 em Pequim, o então presidente Hu Jintao chamou publicamente os militares para "acelerar a transformação naval, aprofundar e ampliar os esforços para se preparar para o futuro militar", solidificando o processo de modernização (YAMEI, 2011).

Com esses apontamentos, nota-se claramente a criação de um ambiente de disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China. O primeiro, criando meios para constranger e testar a estratégia de ascensão da China, seja por meio de acordos comerciais excludentes,

seja por meio de apoio tático (e talvez estratégico) aos países que possuem disputas territoriais com o gigante asiático. Por outro lado, mesmo sem querer se envolver numa nova Guerra Fria e numa nova corrida armamentista, a China tem buscado modernizar seu sistema militar para garantir sua soberania e a defesa de seus interesses na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscamos relacionar os conceitos teóricos que se alinham com a perspectiva da análise de longa duração, da expansão do capitalismo como um sistema mundial e ainda sob a perspectiva da sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação, como formularam Braudel, Wallerstein e Arrighi, com o grande evento de impacto mundial que é a disputa hegemônica entre Estados Unidos e China que se desdobra neste começo de século XXI, em que se observa o cruzamento de duas trajetórias, uma descendente, que descreve a perda de dinamismo da economia e da influência política dos Estados Unidos, e outra ascendente, que mostra a rápida evolução econômica e política da República Popular da China.

No caso chinês, isso reflete a (re) emergência de uma civilização que durante muito tempo exerceu grande influência na Ásia e no mundo, não apenas pelo poder político que girava em torno ao Imperador chinês, mas também pelas inúmeras invenções que ajudaram a aumentar o estoque de conhecimento da Humanidade. A atual ascensão da China traz em si as permanências de uma longeva sociedade e que se refletem na atual estrutura de poder, na mentalidade social moldada pelo confucionismo e ainda no orgulho nacional ofuscado pelas invasões ocidentais e pelas inúmeras guerras civis que ocorreram depois da I Guerra do Ópio.

Foi justamente sobre a ordem econômica internacional criada e dirigida pelos Estados Unidos que a China encontrou a oportunidade para novamente se colocar de pé. As opções internas foram decisivas no sentido de compreender os ventos da mudança da economia mundial após a crise dos anos 1970, em que o capital passaria a buscar fora dos países industrializados as condições ideais para sua reprodução, tanto do lado da oferta, barateando os custos de produção, como do lado da demanda, ao incorporar centenas de milhões de pessoas ao mercado de consumo global. Os processos de “deslocalização produtiva” e de

"terceirização" levaram à China os capitais, as tecnologias e os modelos de gestão com os quais o país tem viabilizado seu forte ritmo de desenvolvimento econômico. Diferentemente da extinta União Soviética, o desenvolvimento chinês ocorreu dentro dos parâmetros da economia capitalista liderada pelos Estados Unidos, o que a coloca como uma das principais beneficiárias do processo de globalização, cujos frutos desabrocharam com maior vigor após o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). É essa capacidade material que faz com que a China possa hoje buscar um maior grau de autonomia nas decisões internacionais e uma relação em pé de igualdade com os Estados Unidos.

Em contrapartida, em que pese sua enorme capacidade tecnológica e militar, além de uma liderança inconteste em termos culturais, observa-se a perda de dinamismo norte-americano, cujo auge ocorreu após a vitória na Guerra Fria. O deslocamento do capital produtivo, tanto para o exterior como para o setor financeiro, minou a capacidade do país em se manter praticamente autossuficiente, como vinha ocorrendo desde a Guerra do Pacífico, em 1898. As crises financeiras que se sucedem desde 1987 minaram a primazia de sua moeda, contribuíram para o aumento do estoque da dívida pública, elevou o déficit no balanço de pagamentos e criou a inusitada dependência de capitais estrangeiros para financiar o Estado e o consumo das famílias. Simultaneamente, os fracassos em reescrever a política dos países do Oriente Médio por meio de custosas guerras e sem o respaldo das Nações Unidas (como foi o caso da invasão do Iraque) deslegitimou a liderança moral do país junto aos seus próprios aliados. A emergência da China como um rival de peso fez com que o país se reposicionasse internacionalmente por meio de uma estratégia para a Ásia e o Pacífico, buscando conter sua influência na região.

É interessante assinalar que Estados Unidos e China, apesar de possuírem distintas visões de mundo, coincidem acerca da própria percepção de excepcionalidade, que influenciam suas ações em nível internacional. Os Estados Unidos tendem a professar uma fé missionária na transmissão de seus valores, mesmo que isso seja feito de maneira contraditória por sua *realpolitik*. Já a China, com uma sociedade que do ponto de vista cultural e filosófico "se basta", ela almeja alcançar uma ordem internacional estável para desenvolver seu projeto de fortalecimento nacional, o chamado "Sonho Chinês", sem buscar, ao menos do

ponto de vista retórico, a hegemonia ou a confrontação.

Nesse quadro complexo, os Estados Unidos dificilmente aceitarão uma condição de equilíbrio e equidade nas relações internacionais, buscando os meios de estender seu ciclo hegemônico pelo maior tempo possível, mesmo que isso entre em contradição com os valores que difundem junto a outros países. Enquanto defendem a democracia e direitos humanos em todas as partes do mundo, como na China, se aliam com governos francamente despóticos; enquanto defendem o primado da lei, agem de maneira unilateral em confronto com decisões do Conselho de Segurança da ONU; enquanto defendem as organizações multilaterais, incentivam acordos bilaterais e/ou regionais que fragilizam as regras da Organização Mundial de Comércio; enquanto estimulam a criação de mecanismos para mitigar o aquecimento global se recusam a assinar tratados que evitem a emissão de gases de efeito estufa; enquanto defendem a liberdades individuais organizam esquemas de vigilância secreta sobre seus próprios cidadãos e governos e pessoas de outros países.

Nesse contexto, a disputa hegemônica, apesar de estar delineada pelo peso assumido por Estados Unidos e China na ordem mundial, é um tema que ainda trará muitos questionamentos e muitas reflexões. Da mesma maneira que o modelo ocidental não se mostrou "universal", o modelo chinês é de difícil aplicabilidade fora de seu contexto cultural. A influência tecnológica e cultural dos Estados Unidos, por mais que as capacidades econômicas sejam relativamente declinantes, não dá mostra de exaustão. Há relativamente mais chineses estudando inglês do que norte-americanos estudando mandarim e, pelo perfil das modernas cidades chinesas, há muito mais a ocidentalização da paisagem do que o contrário. E no entanto, a História se move no sentido do Oriente tal como postulou Giovanni Arrighi, ao considerar que o capital encontraria na Ásia as condições para melhor se reproduzir.

Concluindo, não buscamos vaticinar sobre o futuro da relação China-EUA e tampouco os contornos que as Relações Internacionais no século XXI. De fato, buscamos levantar algumas temáticas que consideramos fundamentais para o desenrolar da conjuntura internacional. Antes de estabelecer padrões, o objetivo deste trabalho foi o de problematizar, a partir da perspectiva teórica do "capitalismo histórico" uma relação que tenderá a marcar as relações internacionais no século XXI, tal como o século passado foi marcado pela Guerra Fria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. *O longo século XX:* dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. *Adam Smith em Pequim:* origens e fundamentos do século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRAUDEL, F. *A Dinâmica do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Escritos sobre a História.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

_____. *Civilização Material, economia e capitalismo:* séculos XV-XVIII. 3v. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRENNER, R. *O Boom e a Bolha.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHINA. *White paper on China's Peaceful Development* (full text), 2011. Disponível em: <http://saopaulo.china-consulate.org/pl/xwdt/t855996.htm> . Acesso em: 24 fev. 2016.

CLINTON, H. America's Pacific Century. 10 nov. 2011. *US Department State*. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm> . Acesso em: 24 fev. 2016.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HURRELL, A. Pax Americana ou o Império da insegurança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 30-54, Jul./ Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200002>. Acesso em: 10 dez. 2013.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, H. *Diplomacia*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

MADDISON, A. Chinese Economic Performance in the Long Run: Second Edition, Revised and Updated 960-2030 AD. Paris: *Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), 2007.

MEDEIROS, C. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, jul/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 nov. 2012.

PECEQUILO, C. *Os Estados Unidos e o século XXI.* Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.
PINTO, P.A. P. A China e o Sudeste Asiático. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRSG, 2000.

PINTO, E. O eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: Tensões e Complementaridades Comerciais, Produtivas e Financeiras, In: PINTO, Eduardo C., LEÃO, Rodrigo P.F.; ACIOLY, Luciana. (Orgs.). *A China na Nova Configuração Global:* impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011. p. 19-77. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_achinaglobal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PEOPLE'S DAILY. A forward thrust in Sino-US relations. *People's daily*, 08 jun. 2013. Disponível em: <http://en.people.cn/90883/8278304.html>. Acesso em: 01 mar.2016.

PIRES, M.C. A reconstrução da hegemonia da China na Ásia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais*... São Paulo: ANPUH- Brasil, 2011. p. 1-13.

_____. Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de "um século americano no Pacífico". *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 2, n. 3, p. 463-482, set/dez. 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3387>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SANTILLÁN, G.; SILBERT, J. Un aporte a la comprensión de La República China hoy: economia, intervención estatal y consecuencias sociales. *Herramienta*, Buenos Aires, n. 29, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-29/un-aporte-la-comprension-de-la-republica-popular-china-hoy-economia-interve>. Acesso em: 22 dez. 2013.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. O fim do longo século XX. In: VIEIRA, Pedro A.; VIEIRA, Rosângela L.; FILOMENO, Felipe A. (Orgs.). *O Brasil e o capitalismo histórico:* passado e presente na análise dos sistemas-mundo. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 77-96.

SPENCE, J.D. *Em busca da China Moderna:* quatro séculos de história**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STIGLITZ, J. *Os exuberantes anos 90* - Uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STIGLITZ, J.; BILMES, L. The $3 Trillion War. *Vanity Fair*, New York, 2008. Disponível em: <http://www.vanityfair.com/politics/features/2008/04/stiglitz200804>. Acesso em: 30 dez. 2013.

VIZENTINI, P.; WIESEBRON, M. *Neohegemonia Americana ou multipolaridade?* Polos de poder e sistema internacional**.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

WALLERSTEIN, I.Capitalismo histórico e Civilização capitalista. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *O declínio do poder americano*: os Estados Unidos em um mundo caótico. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. Análisis de Sistemas-Mundo. *Observatório Latinoamericano de Geopolítica.* 2006. Disponível em: <http://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/analisis_de_sistemas_wallerstein_0.pdf.>. Acesso em: 09 mar. 2015.

WHITE, H. US as first among equals not good enough for China. *East Asia Forum*, Canberra, 2013. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2013/08/27/us-as-first-among-equals-not-good-enough-for-china/>. Acesso em: 23 dez. 2013.

YAMEI, W. Chinese President meets deputies for military meetings. *Xinhua News*, Beijing, 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2011-12/06/c_131291648.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

Recebido em 15 de março de 2016.

Aprovado em 05 de setembro de 2016.